

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

GRUPO TALITA

KLEBER LUIS PRIAMO & CIA LTDA
MAIKO KLEVERSON PRIAMO & CIA LTDA
TALITA INDÚSTRIA DE FARINHAS LTDA
MOINHO TALITA LTDA



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. SÍNTESE DOS AUTOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	6
3. PAGAMENTO DO SALDO DE HONORÁRIOS DA ADMINISTRADORA JUDICIAL	15
4. APURAÇÃO DO SALDO DAS CUSTAS JUDICIAIS A SEREM RECOLHIDAS	20
5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES E EXECUÇÃO DO PRJ	22
6. DISSOLUÇÃO DO COMITÊ DE CREDORES, EXONERAÇÃO DA ADMINISTRADORA JUDICIAL E COMUNICAÇÃO AOS ENTES PÚBLICOS	26
7. ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E O QUADRO GERAL DE CREDORES	31
8. CONCLUSÃO	34
GLOSSÁRIO	36

Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito da Vara Cível de Santo Antônio do Sudoeste – Estado do Paraná.

Dra. Eloisa Alessi Prendin.

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório Circunstanciado da Administradora Judicial, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 63, inc. III, da Lei 11.101/2005.

As análises apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelas Recuperandas, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, credores e demais interessados, o estado atual dos autos de Recuperação Judicial, as disposições contidas no Plano de Recuperação Judicial e Modificativo, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo recuperacional.

O presente relatório e demais documentos relacionados a Recuperação Judicial em comento, estão disponíveis para consulta no **Processo nº 0001202-48.2022.8.16.0154**, e ainda, no site desta Administradora Judicial www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 10 de novembro de 2023.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRAÇÕES JUDICIAIS
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES
OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319



1

SUMÁRIO EXECUTIVO



Assunto	Observações
Síntese dos Autos de Recuperação Judicial	O pedido de Recuperação Judicial do Grupo foi distribuído em data de 21/07/2022, tendo sido deferido o processamento em 28/07/2023. Após regular prosseguimento do feito especial, foi apresentada Relação Nominal de Credores pela Administradora Judicial, em mov. 118 e apresentado o Plano de Recuperação Judicial, ao mov. 97. Em sendo publicado competente edital, foram distribuídas impugnações de crédito e opostas Objeções ao PRJ, ensejando a apresentação de Modificativo, ao mov. 261. Convocada e instalada a AGC, em sede de ato de continuidade realizado em 10/10/2023, foi votada a desistência da Recuperação Judicial, a qual restou aprovada pelos credores no ato assemblear.
Pagamento do Saldo de Honorários da Administradora Judicial	Com o deferimento do processamento da recuperação judicial do Grupo Talita, restou nomeado Administrador Judicial para o exercício do encargo, tendo sido aceito ao mov. 51, juntamente com a apresentação de proposta de honorários da AJ. Com a concordância das Recuperandas, o juízo universal homologou a remuneração da AJ, ao mov. 100. Destarte, com o pedido de desistência da RJ, devidamente aprovado pelos credores, resta necessário o pagamento do saldo de honorários da AJ, uma vez que não integralmente satisfeitos até a presente data, nos termos do art. 63, I, da Lei 11.101/2005.
Apuração do Saldo das Custas Judiciais a Serem Recolhidas	Conforme se depreende dos autos, verifica-se que os importes devidos referentes às custas do judiciário foram devidamente adimplidas, não havendo saldo residual a ser satisfeito nesse momento processual. Destarte, por cautela e para o devido cumprimento do disposto no art. 63, II, da Lei 11.101/2005, a Administradora Judicial se manifesta no sentido de que seja determinada a verificação por parte da Serventia, apresentando conta de custas e certidão, se necessário, a fim de satisfazer o mencionado requisito.
Condições de Pagamento de Credores e Execução do PRJ	Há vista de não ter sido deliberado, votado e aprovado o Plano de Recuperação Judicial, uma vez que, ao revés, resta pendente a análise do juízo universal acerca da aprovação da desistência da Recuperação Judicial, nos termos do art. 35, inciso I, alínea "d" c/c art. 52, §4º, ambos da Lei 11.101/2005, não há que se tratar de execução do PRJ.
Dissolução do Comitê de Credores, Exoneração da Administradora Judicial e Comunicação aos Entes Públicos	Na sentença de encerramento do processo, nos termos do art. 63, IV da Lei 11.101/2005, determina-se a dissolução do Comitê de Credores e dispensa-se o administrador judicial da manutenção de seus encargos, assim como a comunicação aos entes públicos, conforme inciso V do mencionado dispositivo, para a retirada do termo "em recuperação judicial" do nome empresarial do devedor.
Encerramento da Recuperação Judicial e o Quadro Geral de Credores	O art. 10, §9º e art. 63, parágrafo único, ambos da Lei 11.101/2005, incluídos pela Lei 14.112/2020, dispõe que a formação do quadro geral de credores é absolutamente indiferente ao encerramento do feito, de modo a não ensejar óbice para que seja proferida competente sentença de encerramento.
Conclusão	A Administradora Judicial verificou a regularidade do procedimento quanto ao pedido de desistência formulado pelas Recuperandas e submetido a votação dos credores, em sede de Assembleia Geral de Credores, realizada em continuidade em data de 10/10/2023, nos termos do art. 35, inciso I, alínea "d" c/c art. 52, §4º, ambos da Lei 11.101/2005, ensejando, assim, a prolação de sentença de encerramento, com as determinações contidas no art. 63 da LFRJ.

2

SÍNTESE DOS AUTOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



2.1 DO RELATÓRIO PROCESSUAL

O pedido de Recuperação Judicial do Grupo Talita foi distribuído em data de 21/07/2022, tendo havido o deferimento do processamento da RJ em data de 28/07/2023 (mov. 23), oportunidade em que fora nomeada esta Administradora Judicial, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia (Marques Administração Judicial), representada por seu sócio e administrador, o advogado Marcio Roberto Marques, OAB/PR nº 65.066 e OAB/SP nº 459.319, para o exercício do múnus.

Após a expedição do edital do art. 52 da Lei 11.101/2005 bem como do transcurso dos prazos legais, esta Administradora Judicial apresentou a Relação Nominal de Credores da AJ, em data de 17/10/2022 (mov. 118).

De igual modo, em atenção ao disposto no art. 53 da Lei 11.101/2005, as Recuperandas apresentaram Plano de Recuperação Judicial, em data de 23/09/2022, ao mov. 97 e, na sequência, seus anexos referentes ao Laudo Econômico-Financeiro, Laudo de Viabilidade Econômico-Financeiro e Avaliação do Ativo.

Assim, restou expedido o edital do art. 7º, §2º, da Lei 11.101/2005 conjuntamente com disposto no art. 55 da mencionada legislação, iniciando-se o prazo para eventual Impugnação de Crédito, nos termos do art. 8º e seguintes da lei bem como para Objeções ao PRJ.

O Juízo da Vara Cível de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, publicou no Diário de Justiça Eletrônico nº 3316 (pag. 220-222), na data de 04/11/2022 (veiculado em 03/11/2022), o "EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CREDITORES, INTERESSADOS, DEVEDORES E SEUS SÓCIOS", tendo sido devidamente intimados e notificados os credores e interessados, para ciência de que o Plano de Recuperação Judicial fora apresentado no movimento 97 dos autos recuperacionais, em consonância com o artigo 53, parágrafo único, da Lei 11.101/2005 e, em querendo, para no prazo de 30 (trinta) dias, contados na forma prevista no artigo 55 e seu parágrafo único da Lei 11.101/2005, apresentar eventuais Objeções ao Plano de Recuperação Judicial. Simultaneamente, também, em atenção ao art. 8º da lei 11.101/2005, para que, no prazo de 10 (dez) dias, em querendo, apresentar eventuais impugnações a relação de credores, aportada ao movimento 118 dos autos de Recuperação Judicial.

Nessa toada, foram opostas as seguintes Impugnações de Crédito, conforme mensalmente atualizado e informado o status processual nos Relatórios Mensais de Atividades aportados ao incidente nº 0001652-88.2022.8.16.0154, veja-se:

Processo	Partes	Situação
Impugnação de Crédito nº 0002036-51.2022.8.16.0154	Talita Imp. e Exp. Alimentos LTDA e Moinho Talita LTDA. x Banco Santander (Brasil) S.A.	<p>Impugnação de crédito apresentada pelas Recuperandas acerca da submissão do crédito do Banco Santander S/A, contrato nº 199700300460, requerendo seja incluído na relação geral de credores, na Classe III – Créditos Quirografários e, sucessivamente, reconhecer como extraconcursal a porcentagem do valor do crédito de apenas 40%, equivalente a R\$ 650.000,00.</p> <p>Ao mov. 18, o Banco Santander apresentou contestação, aduzindo a intempestividade da impugnação apresentada, incorreção no valor da causa e a manutenção do reconhecimento da extraconcursalidade do crédito oriundo do contrato nº 199700300460. Ao mov. 26, esta AJ se manifestou pela improcedência integral da impugnação de crédito.</p> <p>Exarado parecer do <i>parquet</i> no sentido de não haver intervenção do MP (mov. 31).</p> <p>Ao mov. 36, o d. magistrado retificou o valor da causa a corresponder ao valor do crédito impugnado, de R\$ 1.680.000,00, determinando a intimação dos impugnantes para complementar o valor das custas iniciais. Ademais, reconheceu a extraconcursalidade do crédito, em sua íntegra, rejeitando a impugnação apresentada, condenando-a ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios em favor do patrono do impugnado.</p> <p>Informado, ao mov. 40, a cessão de crédito parcial havido a Nanban II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados, de modo que, ao mov. 42, determinou a intimação do advogado do impugnado para dar início ao cumprimento de sentença.</p> <p>Ao mov. 48, as Recuperandas informaram a interposição de Agravo de Instrumento contra a decisão de mov. 36 e, ao mov. 60, foi comunicada a realização de acordo entre as partes, de modo que, com a manifestação favorável da AJ, restou homologado (mov. 67).</p> <p>Trânsito em julgado em 24/08/2023.</p>
Impugnação de Crédito nº 0002037-36.2022.8.16.0154	Talita Imp. e Exp. Alimentos LTDA, Moinho Talita LTDA. e Valgroup Mg Indústria de Embalagens Flexíveis LTDA x Banco do Brasil S.A.	<p>Impugnação de crédito apresentada pelas Recuperandas acerca da submissão do crédito do Banco do Brasil S/A, requerendo sejam considerados como sujeitos oriundos dos contratos nº 080519715, 080520570, 080520654, 40/05246, 40/04944-2 e 080520567, determinando sua inclusão na relação de credores na Classe III – Créditos Quirografários. Consequentemente, seja reconhecido como extraconcursal apenas a porcentagem do valor do crédito, correspondente a 60% do representado pelo contrato 080.520.570, de 70% pelo contrato 080.519.715 e de 70% pelo contrato 080.520.654, retificando o valor habilitado à instituição financeira de R\$ 4.352.776,92, habilitado na Classe II – Real, para o importe de R\$ 4.034.965,83.</p> <p>Banco do Brasil S/A se manifestou ao mov. 22 pugnando pelo indeferimento dos pedidos e, ao mov. 31, a AJ, pela improcedência integral, fazendo a ressalva apenas em relação aos descontos mencionados que foram realizados nas contas bancárias da Impugnante após o deferimento do processamento da Recuperação Judicial, sendo imprescindível a intimação das partes para apresentar os extratos bancários que demonstrem os descontos feitos <i>contra legem</i>.</p> <p>Exarado parecer do <i>parquet</i> no sentido de não haver intervenção do MP (mov. 36).</p> <p>Ao mov. 41, o d. magistrado retificou o valor da causa a corresponder ao valor do crédito impugnado, de R\$ 2.389.790,16, devendo ser complementado o valor das custas iniciais e, ainda, determinou a juntada dos extratos solicitados pela Administradora Judicial.</p> <p>Opostos aclaratórios, pelo Banco do Brasil S/A (mov. 44), o qual restou rejeitado ao mov. 56, foram apresentados os extratos das contas correntes e operações encontradas pela instituição financeira, ao mov. 55.</p> <p>Manifestação da Administradora Judicial acerca dos extratos, ao mov. 63, no sentido de que seja devolvido o importe de R\$ 108.706,17 às Recuperandas, referente ao contrato 4007983-X, tendo em vista estar habilitado na Classe II – Créditos com Garantia Real e terem sido realizados descontos <i>contra legem</i>, cf. art. 6º, §3º da Lei 11.101/2005. Ademais, reiterou o contido no mov. 31 quanto a manutenção dos valores e classificação dos créditos Impugnada, nos termos da Relação Nominal de Credores apresentada ao mov. 118.</p> <p>Autos conclusos para decisão ao mov. 65, em 24/10/2023.</p> <p>Procedimento em trâmite.</p>



Processo	Partes	Situação
Impugnação de Crédito n° 0002035-66.2022.8.16.0154	Talita Imp. e Exp. Alimentos LTDA e Moinho Talita LTDA. x Caixa Econômica Federal	<p>Impugnação de crédito apresentada pelas Recuperandas acerca da submissão do crédito da CEF, requerendo seja considerado como sujeito à recuperação judicial o contrato n° 14.4317.737.0000042, determinando a inclusão na relação geral de credores na Classe I – Créditos Quirografários. Consequentemente, seja reconhecido como extraconcursal apenas o valor o valor de R\$ 950.000,00, referente a cessão fiduciária do valor depositado em aplicação financeira.</p> <p>Ao mov. 18, a CEF apresentou contestação, oportunidade em que pleiteou o indeferimento da Impugnação de Crédito, de modo que seja mantido o caráter extraconcursal do crédito oriundo do contrato n° 14.4317.737.0000042 de forma integral e, igualmente, ao mov. 26, a Administradora Judicial se manifestou pela improcedência da impugnação.</p> <p>Exarado parecer do <i>parquet</i> no sentido de não haver intervenção do MP (mov. 31).</p> <p>Ao mov. 36, o d. magistrado rejeitou a impugnação apresentada, condenando-a ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios em favor do patrono do impugnado, em 10% sobre o valor da causa.</p> <p>Ao mov. 39, as Recuperandas informaram a interposição de Agravo de Instrumento contra a decisão de mov. 36, tendo manifestado ciência pelo juízo, ao mov. 42, mantendo o <i>decisum</i>.</p> <p>Certificado ao mov. 47, 48 e 49, que os autos se encontram aguardando decisão do Agravo de Instrumento n° 0030134-86.2023.8.16.0000.</p> <p>Procedimento em trâmite.</p>

De igual modo, foram apresentadas Objeções ao PRJ pelos credores Cotriguaçu Cooperativa Central (mov. 145), Banco Bradesco S/A (mov. 146), Banco do Brasil S/A (mov. 147), Procópio Indústria e Comércio LTDA Em Recuperação Judicial (mov. 151), Itaú Unibanco S/A (mov. 152), Santander (Brasil) S/A (mov. 153) e Banco Daycoval S/A (mov. 154).

Consoante dispõe o art. 56 da Lei 11.101/2005, diante da apresentação de objeções ao PRJ, esta Administradora Judicial apresentou datas para convocação da AGC, ao mov. 160, para o dia 20/04/2023 (quinta-feira), às 14h, em primeira convocação, e 27/04/2023 (quinta-feira), às 14h, em segunda convocação, na modalidade VIRTUAL, cf. previsto no art. 36 da legislação especial.

Deferidas as datas pelo juízo, ao mov. 162, restou expedido competente edital ao mov. 170, retificado ao mov. 199, publicado no Diário de Justiça Eletrônico n° 3398 (pag. 786), em 27/03/2023 (veiculado em 24/03/2023), e Adendo ao mencionado Edital, publicado no Diário de Justiça Eletrônico n° 3402 (pag. 168), em 31/03/2023 (veiculado em 30/03/2023), respectivamente, tendo sido comunicado, pela AJ, o envio de notificação aos credores, ao mov. 204.

Ainda, ao mov. 193, em data de 27/03/2023, a d. magistrada acolheu o pedido das Recuperandas deferindo a prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias ou até a homologação do Plano de Recuperação Judicial, o que acontecer primeiro.

Em sendo realizado o ato, a AJ comunicou a não instalação da AGC, em 1ª convocação em data de 20/04/2023 (mov. 231) e, em 2ª convocação, noticiou a instalação e suspensão do ato para continuidade em data de 26/06/2023, juntando, para tanto, a ata, laudo de credenciamento e de votação (mov. 254).

Foi apresentado Plano de Recuperação Judicial Modificativo, pelas Recuperandas, ao mov. 261, em data de 17/05/2023 e, ao mov. 270, em 01/06/2023, a Administradora Judicial exibiu Relatório do Modificativo do PRJ.

Realizado o ato de continuidade, ao mov. 283, em data de 26/06/2023, a AJ apresentou a Ata da AGC que culminou com a suspensão do ato por mais 29 (vinte e nove) dias, a ser realizada, portanto, em 25/07/2023, às 14h. Posteriormente, nesse ato, em virtude de dificuldades de negociação com o credor Banco do Brasil S/A, único habilitado na Classe II – Créditos com Garantia Real, foi requerida,

pelas Recuperandas, autorização do juízo para suspender a AGC por mais de 90 (noventa) dias (mov. 302).

O pedido retro foi deferido pelo juízo, ao mov. 304, razão pela qual, em data de 25/07/2023 (mov. 315), a AJ apresentou a ata da AGC deliberando quanto a suspensão para novo ato de continuidade a ser realizado em 10/10/2023, às 14h, em ambiente virtual.

Paralelamente ao procedimento recuperacional, discutia-se acerca da essencialidade de determinados caminhões alienados fiduciariamente junto ao Banco Mercedes Benz do Brasil S/A, nos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154. Assim, ao mov. 264, em 30/05/2023, a d. magistrada reconheceu a essencialidade dos bens objeto da mencionada demanda, suspendendo os atos de constrição sobre esses bens, naqueles autos.

Mesmo após oposição de Embargos de Declaração por parte da instituição financeira, o juízo universal, ao mov. 346, manteve a decisão que reconheceu a essencialidade dos veículos e determinou sua devolução, ponderando que, tendo em vista ter sido reconhecida a ocorrência de alienação realizada inadequadamente pela instituição financeira, bem como que a decisão que determinou a restituição dos bens foi proferida, inicialmente, nos autos de busca e apreensão, o pedido de arbitramento de multa por ato atentatório à dignidade da justiça deve ser formulado àquele juízo.

Contra a mencionada decisão, o Banco Mercedes Benz do Brasil S/A opôs novos aclaratórios, ao mov. 355, em data de 21/09/2023, porém, ainda pendente de apreciação.

Informa, ainda, que foram realizados acordos de créditos habilitados nos autos recuperacionais, pagos mediante avalista, Sr. Kleber Luiz Priamo, bem como noticiadas cessões de crédito¹, tendo havido sub-rogação e, portanto, alterado a Relação Nominal de Credores, a qual, atualmente, se apresenta conforme quadro abaixo:

RELAÇÃO GERAL DE CREDITORES		
Nome / Razão Social	CPF / CNPJ 08.594.791/0001-37 / 21.566.375/0001-93 / 16.646.578/0001-50 / 16.646.541/0001-21	Mês de Competência: 21/07/2022
TALITA INDÚSTRIA DE FARINHAS LTDA LTDA, MOINHO TALITA LTDA, KLEBER LUIS PRIAMO & CIA LTDA e MAIKO KLEVERSON PRIAMO & CIA LTDA		
CLASSE	RELAÇÃO DA AJ (art. 7º, § 2º, LRF)	
	Nº de Credores	Valor do Crédito (Em Reais)
CLASSE I - CRÉDITOS TRABALHISTAS	3	97.769,82
CLASSE II - CRÉDITOS COM GARANTIA REAL	1	4.352.776,92
CLASSE III - CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS	19	12.409.660,13
CLASSE IV - CRÉDITOS EPP/ME	10	391.505,79
TOTAL	33	17.251.712,66

1 Cessão de crédito noticiada ao mov. 232 quanto ao crédito de Polijuta Indústria e Comércio de Embalagens LTDA, adquirido por RODRIGO BOLICO DE ANDRADE (Classe III – Créditos Quirografários).
Cessão de parcela do crédito do credor Santander (Brasil) S/A à NANBAN II FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS (Classe III – Créditos Quirografários). Porém, foi celebrado acordo, mov. 60 da Impugnação de Crédito nº 0002036-51.2022.8.16.0154, homologado ao mov. 67, ensejando a retificação da RNC.
Acordo celebrado entre o Banco Bradesco S/A e o avalista, ao mov. 310, para pagamento da totalidade do débito, à vista. Assim, operou-se a sub-rogação do crédito para o Sr. KLEBER LUIS PRIAMO (Classe III – Créditos Quirografários), no valor pago na cessão, de R\$ 850.000,00, nos termos do art. 350, CC.
Acordo celebrado entre o Banco Santander (Brasil) S/A e o avalista, ao mov. 88 da execução 0001427-68.2022.8.16.0154, para pagamento da totalidade do débito, à vista. Assim, operou-se a sub-rogação do crédito para o Sr. KLEBER LUIS PRIAMO (Classe III – Créditos Quirografários), no valor pago na cessão, de R\$ 650.000,00, nos termos do art. 350, CC.
Acordo celebrado entre o Itaú Unibanco S/A e o avalista, ao mov. 342.2 da RJ e nas 4 (quatro) execuções contínuas na minuta, lá homologados, para pagamento à vista. Assim, operou-se a sub-rogação do crédito para o Sr. KLEBER LUIS PRIAMO (Classe III – Créditos Quirografários), no valor pago na cessão, de R\$ 1.179.000,00, nos termos do art. 350, CC.
Cessão de crédito noticiada ao mov. 232, quanto ao crédito de AGM Indústria e Comércio de Embalagens LTDA, adquirido por HORÁCIO FERREIRA DE ANDRADE E CIA LTDA (Classe III – Créditos Quirografários).

Somente com o trânsito em julgado das impugnações de crédito ainda em trâmite, será possível a consolidação da Relação Nominal de Credores pela Administradora Judicial, nos termos do art. 18 da Lei 11.101/2005.

Por fim, informa que, em data de 10/10/2023, restou realizada a continuidade da Assembleia Geral de Credores, às 14h00min, conforme Ata e demais Laudos anexos, apresentados nos autos ao mov. 366, oportunidade em que, o representante das Recuperandas requereu a palavra e propôs, ao invés da deliberação do PRJ, fosse levado a votação o pedido de desistência da presente Recuperação Judicial, nos termos do art. 35, inciso I, alínea “d” c/c art. 52, §4º, ambos da Lei 11.101/2005.

Ante o requerimento formulado, fora realizada a votação da proposta de desistência da presente Recuperação Judicial, por meio do sistema de votação da plataforma Assembledx, de modo que, encerrada, 18 (dezoito) credores que representam 100% (cem por cento) do valor total dos créditos presentes na Assembleia (maioria simples), votaram pela **aprovação do pedido de desistência da Recuperação Judicial do Grupo Talita**, em consonância ao art. 35, I, “d” c/c art. 52, §4º e art. 42, todos da Lei 11.101/2005.

Apresentada a aprovação do pedido de desistência da Recuperação Judicial do Grupo Talita, ao mov. 366, para a apreciação da d. magistrada, restou determinada a intimação da Administradora Judicial para, primeiramente, apresentar o presente relatório de encerramento (mov. 370).

2.2 RECURSOS

Além dos autos de Recuperação Judicial, tramitam em instâncias superiores, envolvendo as Recuperandas, outras ações relacionadas, sendo:

Processo	Partes	Situação
Agravo de Instrumento nº 0054329-72.2022.8.16.0000	Banco Volvo (Brasil) S/A X Grupo Talita	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto com efeito suspensivo pelo Banco Volvo (Brasil) S/A em face da decisão de mov. 23, a qual vedou a venda/retirada dos bens alienados fiduciariamente do estabelecimento do devedor sem que seja deliberada a essencialidade de tal bem para a atividade empresarial das Recuperandas enquanto perdurar o stay period. Ao mov. 9, fora indeferida a medida liminar pleiteada pelo Agravante sob o fundamento de não se encontrarem presentes os requisitos necessários para sua concessão. Assim, a Administradora Judicial se manifestou ao mov. 19 e, por sua vez, as Recuperandas apresentaram contrarrazões ao mov. 20. No mov. 22, o <i>parquet</i> se pronunciou pelo não conhecimento do recurso por não ter sido matéria discutida no juízo <i>a quo</i> . Ao mov. 26, restou proferido competente acórdão não conhecendo o recurso , pois inadmissível, ante a carência de interesse recursal e, por consequência, Agravo Interno restou prejudicado. Trânsito em julgado em 23/05/2023.
Embargos de Declaração nº 0054329-72.2022.8.16.0000 ED 1	Banco Volvo (Brasil) S/A X Grupo Talita	Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Banco Volvo (Brasil) S/A, em face da decisão de mov.9, a qual negou a atribuição de efeito suspensivo ao AI nº 0054329-72.2022.8.16.0000. Ao mov. 7.1, fora negado provimento aos Embargos de Declaração opostos sob o fundamento de mera irresignação quanto a não concessão do efeito suspensivo requerido pelo Embargante, estando ausentes os vícios previstos na legislação para seu deferimento. A Administradora Judicial se manifestou ao mov. 10 e, por sua vez, as Recuperandas ao mov. 11 e, tendo em vista o julgamento prejudicado do Agravo Interno nº 0108632-36.2022.8.16.0000 Ag (mov. 12), restou certificado o trânsito e baixa do feito. Trânsito em julgado em 23/05/2023.

Processo	Partes	Situação
Agravo Interno nº 0054329-72.2022.8.16.0000 Ag 2	Banco Volvo (Brasil) S/A X Grupo Talita	Interposto Agravo Interno contra a decisão de mov. 7.1 dos Embargos de Declaração nº 0054329-72.2022.8.16.0000 ED 1, que não conheceu o recurso, tendo sido proferido despacho do mov. 7.1 determinando a intimação da Administradora Judicial para se manifestar e, na sequência, a Procuradoria Geral de Justiça, retornando concluso para retratação ou inclusão em pauta para julgamento. Ao mov. 10, constou manifestação da AJ e, ao mov. 11, das Recuperandas. O representante do Ministério Público apresentou parecer ao mov. 14 informando que deixa o agravo interno dispensa pronunciamento da Procuradoria de Justiça, razão pela qual deixa de o fazer, porém, pondera que já houve manifestação ao mov. 23 do Agravo de Instrumento. Ao mov. 17 restou proferido competente acórdão não conhecendo o recurso , pois inadmissível, ante a carência de interesse recursal e, por consequência, Agravo Interno prejudicado. Trânsito em julgado em 23/05/2023.
Agravo de Instrumento nº 0054351-33.2022.8.16.0000	Banco Santander (Brasil) S/A X Grupo Talita	Trata-se de Agravo de Instrumento interposto com efeito suspensivo pelo Banco Santander (Brasil) S/A em face da decisão de mov. 23, deferiu o processamento da Recuperação Judicial em favor das Recuperandas dispensando a apresentação das certidões negativas e estabeleceu a contagem do <i>stay period</i> em dias úteis. Ao mov. 20, o d. Desembargador recebeu o presente recurso e determinou a intimação das Recuperandas e desta AJ para apresentação de contrarrazões. A AJ se manifestou ao mov. 26 e as Recuperandas, por sua vez, renunciaram a intimação (mov. 27 a 30), tendo sido o feito concluso, ao mov. 31, para despacho do relator. Ao mov. 35, o parquet exarou seu parecer no sentido de parcial conhecimento do agravo e, na parte conhecida, pelo parcial provimento. Trânsito em julgado em 25/08/2023.
Agravo de Instrumento nº 0020706-80.2023.8.16.0000	Itaú Unibanco S/A X Grupo Talita	Interposto Agravo de Instrumento contra a decisão de mov. 193 que determinou a prorrogação do <i>stay period</i> pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias ou até a homologação do Plano de Recuperação Judicial, o que ocorrer primeiro. O recurso foi recebido ao mov. 35, porém, indeferida a liminar que pleiteou o efeito suspensivo, tendo sido determinada a intimação da Agravada e da Administradora Judicial para, querendo, oferecer resposta no prazo legal. Renúncia da intimação, pelas Recuperandas, ao mov. 44 e manifestação da AJ, mov. 45. Ao mov. 48, o Ministério Público se manifestou pelo desprovimento do recurso, uma vez que resta possível a prorrogação do <i>stay period</i> por mais 180 dias ou até a realização da AGC a qual, por sua vez, está suspensa e na iminência de ocorrer sua continuidade, inexistindo prejuízo aos credores. Ao mov. 51 restou determinada a intimação do Agravante para manifestar seu interesse no julgamento do recurso, tendo em vista o pedido de desistência da Recuperação Judicial. Procedimento em trâmite.



Processo	Partes	Situação
Agravo de Instrumento nº 0023598- 59.2023.8.16.0000	Banco Bradesco S/A X Grupo Talita	Interposto Agravo de Instrumento contra a decisão dos autos originários de mov. 193, que acolheu parcialmente os embargos de declaração opostos para manter a impossibilidade de realização de novos protestos em desfavor das Recuperandas e, rejeitando aclaratório diverso, confirmou o deferimento da consolidação substancial às Requerentes, ora Agravadas. Ao mov. 32, foi proferida decisão inicial indeferindo a tutela pretendida sob o fundamento de que a decisão recorrida foi prolatada em consonância ao entendimento do e. STJ quanto ao protesto e inscrição em cadastro de restrição ao crédito. Referente a consolidação substancial, em sede de cognição sumária, entendeu pela sua configuração, inexistindo, portanto, os requisitos autorizadores da medida cf. art. 300 do CPC. Ao final, determinou a intimação da Administradora Judicial para apresentar manifestação nos autos. Manifestação da AJ ao mov. 43 e renúncia da intimação pelas Recuperandas, ao mov. 44. Ao mov. 48, o Ministério Público se manifestou pelo parcial provimento do recurso, reconhecendo a apresentação de PRJ único, pois deferida a consolidação substancial e, ainda, ponderando a impossibilidade de suspensão dos protestos, uma vez que a recuperação judicial não afeta o direito material dos credores. Autos conclusos ao relator ao mov. 50, em 10/08/2023. Procedimento em trâmite.

2.3 PEDIDO DE DESISTÊNCIA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES

Consoante apresentado supra, em data de 10/10/2023, restou realizada a continuidade da Assembleia Geral de Credores, às 14h00min, conforme Ata e demais Laudos anexos, aportados aos autos recuperacionais no mov. 366, oportunidade em que, o representante das Recuperandas, Dr. Robson Alfredo Mass, requereu a palavra e propôs, ao invés da deliberação do Plano de Recuperação Judicial, fosse levado a votação o pedido de desistência da presente Recuperação Judicial, nos termos do art. 35, inciso I, alínea “d” c/c art. 52, §4º, ambos da Lei 11.101/2005.

Para esclarecimentos, o Administrador Judicial, Presidente do ato assemblear, esclareceu que o art. 35 da Lei 11.101/2005 versa sobre os temas a serem deliberados em Assembleia Geral de Credores, de modo que, na alínea “d”, prevê a apreciação dos credores acerca do pedido de desistência da Recuperação Judicial pelo devedor. Acrescentou, ainda, que o art. 52, §4º, da Lei 11.101/2005, determina que após o deferimento do processamento da recuperação judicial da empresa, o devedor não poderá desistir do pedido, excetuada a hipótese de aprovação da desistência em AGC. Assim, ressaltou que, nesse caso, o quórum de deliberação a ser levado à votação deveria ser por maioria do valor total dos créditos presentes, nos termos do art. 42 da Lei 11.101/2005.

Sobre o tema, destaca que o art. 35, I, “d”, da Lei 11.101/2005, dispõe ser atribuição da Assembleia Geral de Credores a deliberação, dentre demais assuntos, quanto ao pedido de desistência do devedor, nos termos do art. 52, §4º, da Lei. Veja-se:

Art. 35. A assembleia-geral de credores terá por atribuições deliberar sobre:

I – na recuperação judicial:

[...]

d) o **pedido de desistência do devedor**, nos termos do § 4º do art. 52 desta Lei;

Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato:

[...]

§ 4º O devedor não poderá desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento, salvo se obtiver aprovação da desistência na assembléia-geral de credores.

De igual modo, leciona Marcelo Barbosa Sacramone:

“Após a decisão de processamento da recuperação judicial, o devedor somente poderá desistir do pedido de recuperação judicial com anuência dos credores (art. 52, §4º). Antes da decisão de processamento, não há nenhum impedimento para a desistência unilateral do devedor.

Após a referida decisão, contudo, o devedor perde a integral disponibilidade sobre os seus ativos e, inclusive, sobre o prosseguimento ou não do procedimento. A Assembleia Geral de Credores deverá ser convocada para deliberar, por maioria de créditos presente, se aprova ou não o pedido de desistência dele.”²

E, ainda:

“Após a decisão de processamento da recuperação judicial, o devedor não poderá mais desistir do seu pedido de recuperação judicial, a menos que tenha aprovação de sua desistência pelos credores em Assembleia Geral.

Até que a decisão de processamento ocorra, a desistência do devedor não exige a anuência dos credores. Basta seu mero pedido para que o processo seja extinto.”³

Assim, ante ao requerimento formulado e não havendo interessados em realizar manifestações, fora realizada a votação da proposta de desistência da presente Recuperação Judicial, por meio do sistema de votação da plataforma Assembledx, sendo as orientações necessárias apresentadas de forma detalhada aos credores para o exercício de voto.

Encerrada a votação, 18 (dezoito) credores que representam 100% (cem por cento) do valor total dos créditos presentes na Assembleia (maioria simples), votaram pela aprovação do pedido de desistência da Recuperação Judicial do Grupo Talita, em consonância ao art. 35, I, “d” c/c art. 52, §4º e art. 42, todos da Lei 11.101/2005.

Deste modo, o Presidente declarou aprovada a proposta de desistência do pedido de Recuperação Judicial do Grupo Talita, tendo sido levado à deliberação do juízo universal ao mov. 366 dos autos recuperacionais.

2 SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2023, p.167.
3 SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2023, p.286.



3

**PAGAMENTO DO SALDO
DE HONORÁRIOS DA
ADMINISTRADORA JUDICIAL**



3.1 DA FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

Compulsando os autos, verifica-se que, ao mov. 23 os autos recuperacionais, o d. juízo universal concedeu a Recuperação Judicial do Grupo Talita, em data de 28/07/2023, de modo que, dentre as demais determinações de praxe, nomeou como Administradora Judicial a pessoa jurídica de , M. Marques Sociedade Individual de Advocacia (Marques Administração Judicial), representada por seu sócio e administrador, o advogado Dr. Marcio Roberto Marques, OAB/PR nº 65.066 e OAB/SP nº 459.319, para o exercício do múnus.

Ainda, determinou a intimação da Administradora Judicial para se manifestar quanto a sua aceitação ao encargo bem como para, em caso afirmativo, apresentar proposta de honorários, ponderando que a assinatura do Termo de Compromisso deve ocorrer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, nos termos do art. 33 da Lei 11.101/2005 e, ainda, que a reserva prevista pelo §2º do art. 24 da LFRJ somente se aplica à falência.

Assim sendo, a Administradora Judicial exarou seu aceite ao mov. 51, apresentando, por oportuno, minuta do edital do art. 52, §1º da Lei 11.101/2005 bem como a proposta de honorários da AJ, nos termos do art. 24, §1º, da LFRJ, não excedente a 5% (cinco por cento) do valor do passivo concursal da Recuperação Judicial, *in verbis*:

Art. 24. O juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes.

§ 1º Em qualquer hipótese, o total pago ao administrador judicial não excederá 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial ou do valor de venda dos bens na falência.

Em breve síntese, há vista da equipe multidisciplinar da Administradora Judicial, o que dispensa a contratação de demais auxiliares no feito recuperacional para o exercício do encargo, restou apresentada proposta para a fixação dos honorários, ao mov. 51, no importe de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) – à época, equivalente a 2,11% da relação de credores apresentada pelas Recuperandas –, respeitando, assim, o limite previsto no mencionado art. 24, §1º da Lei 11.101/2005, a serem adimplidos em 50 (cinquenta) parcelas mensais, com vencimento todo dia 15 de cada mês, sendo a primeira com vencimento na data de 15/08/2022. Ressaltou, por fim, que as parcelas deveriam ser pagas pelas Recuperandas diretamente à Administradora Judicial mediante emissão de nota fiscal.

Ao mov. 74, as Recuperandas se manifestaram, dentre demais matérias diversas, aceitando a proposta de honorários da Administradora Judicial, aportada ao mov. 51, razão pela qual, ao mov. 100, item 6, o d. juízo universal homologou em seus exatos termos apresentados.

3.2 DO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

Há vista dos honorários da Administradora Judicial, homologado em decisão proferida pelo juízo universal ao mov. 74, apresenta-se, abaixo, o relatório de pagamento da mencionada remuneração da AJ, veja-se:



PARCELA	COMPETÊNCIA	VALOR DOS HONORÁRIOS MENSIS	NFse	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR DOS HONORÁRIOS PAGOS	COMPROVANTE DE PAGAMENTO	% LIQUIDAÇÃO
01/50	07/2022	20.000,00	355	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	04/08/2022	15/08/2022	16/08/2022	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
02/50	08/2022	20.000,00	356	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	31/08/2022	15/09/2022	02/09/2022	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
03/50	09/2022	20.000,00	363	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	30/09/2022	15/10/2022	01/10/2022	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
04/50	10/2022	20.000,00	370	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	28/10/2022	15/11/2022	03/11/2022	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
05/50	11/2022	20.000,00	378	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	30/11/2022	15/12/2022	05/12/2022	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
06/50	12/2022	20.000,00	386	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	14/12/2022	15/01/2023	02/01/2023	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
07/50	01/2023	20.000,00	393	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	31/01/2023	15/02/2023	02/02/2023	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
08/50	02/2023	20.000,00	400	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	25/02/2023	15/03/2023	02/03/2023	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
09/50	03/2023	20.000,00	412	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	30/03/2023	15/04/2023	05/04/2023	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
10/50	04/2023	20.000,00	422	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	30/04/2023	15/05/2023	04/05/2023	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
11/50	05/2023	20.000,00	435	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	30/05/2023	15/06/2023	02/06/2023	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
12/50	06/2023	20.000,00	448	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	30/06/2023	15/07/2023	03/07/2023	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
13/50	07/2023	20.000,00	460	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	28/07/2023	15/08/2023	03/08/2023	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
14/50	08/2023	20.000,00	474	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	30/08/2023	15/09/2023	04/09/2023	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
15/50	09/2023	20.000,00	491	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	30/09/2023	15/10/2023	06/10/2023	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
16/50	10/2023	20.000,00	505	Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37	31/10/2023	15/11/2023	03/11/2023	20.000,00	Comprovante de depósito bancário	2,00%
17/50	11/2023	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
18/50	12/2023	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%

PARCELA	COMPETÊNCIA	VALOR DOS HONORÁRIOS MENSIS	NFse	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR DOS HONORÁRIOS PAGOS	COMPROVANTE DE PAGAMENTO	% LIQUIDAÇÃO
19/50	01/2024	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
20/50	02/2024	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
21/51	03/2024	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
22/50	04/2024	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
23/50	05/2024	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
24/50	06/2024	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
25/50	07/2024	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
26/50	08/2024	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
27/50	09/2024	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
28/50	10/2024	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
29/50	11/2024	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
30/50	12/2024	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
31/50	01/2025	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
32/50	02/2025	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
33/50	03/2025	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
34/50	04/2025	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
35/50	05/2025	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
36/50	06/2025	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%



PARCELA	COMPETÊNCIA	VALOR DOS HONORÁRIOS MENSIS	NFSe	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR DOS HONORÁRIOS PAGOS	COMPROVANTE DE PAGAMENTO	% LIQUIDAÇÃO
37/50	07/2025	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
38/50	08/2025	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
39/50	09/2025	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
40/50	10/2025	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
41/50	11/2025	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
42/50	12/2025	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
43/50	01/2026	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
44/50	02/2026	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
45/50	03/2026	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
46/50	04/2026	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
47/50	05/2026	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
48/50	06/2026	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
49/50	07/2026	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
50/50	08/2026	20.000,00		Talita Industria de Farinhas Ltda	08.594.791/0001-37						0,00%
TOTAL		1.000.000,00							320.000,00		32,00%
PENDÊNCIA									680.000,00		68,00%

Da análise do controle supra, verifica-se que as Recuperandas adimpliram tão somente 16 parcelas das 50 parcelas totais, equivalente ao adimplemento de 32% (trinta e dois por cento) dos honorários da Administradora Judicial, restando pendente, portanto o importe de R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais), o que resulta na pendência referente a 68% (sessenta e oito por cento) do valor total devido.

Nessa toada, importante destacar que, com o pedido de desistência da presente Recuperação Judicial, aprovado pelos credores em sede de Assembleia Geral de Credores, consoante permissivo do art. 35, I, “d” c/c art. 52, §4º e art. 42, todos da Lei 11.101/2005, é o encaminhamento dos autos para deliberação do juízo universal e, com a adequação de todo o procedimento nos termos da legislação especial, a resultar no consequente encerramento do feito recuperacional, nos termos do art. 63 da LFRJ, *in verbis*:

- Art. 63. Cumpridas as obrigações vencidas no prazo previsto no caput do art. 61 desta Lei, o juiz decretará por sentença o encerramento da recuperação judicial e determinará:
- I – **o pagamento do saldo de honorários ao administrador judicial, somente podendo efetuar a quitação dessas obrigações mediante prestação de contas, no prazo de 30 (trinta) dias, e aprovação do relatório previsto no inciso III do caput deste artigo;**
 - II – a apuração do saldo das custas judiciais a serem recolhidas;
 - III – a apresentação de relatório circunstanciado do administrador judicial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, versando sobre a execução do plano de recuperação pelo devedor;
 - IV – a dissolução do Comitê de Credores e a exoneração do administrador judicial;
 - V – a comunicação ao Registro Público de Empresas para as providências cabíveis.
 - V – a comunicação ao Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia para as providências cabíveis. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020)

Parágrafo único. O encerramento da recuperação judicial não dependerá da consolidação do quadro-geral de credores.

Conforme se depreende do inciso I do mencionado art. 63 supra, verifica-se que a primeira determinação do d. magistrado, a ensejar o encerramento da Recuperação Judicial, versa sobre o pagamento do saldo de honorários do Administrador Judicial, mediante prestação de contas.

Ademais, consoante abordado por Marcelo Barbosa Sacramone, a sentença de encerramento está vinculada ao cumprimento das obrigações contidas no mencionado art. 63 da Lei 11.101/2005, veja-se:

“Para que ocorra a sentença de encerramento do processo de recuperação judicial, deverá o administrador judicial apresentar relatório sobre a execução do plano de recuperação judicial no prazo de 15 dias após a decisão judicial. A demonstração do cumprimento das obrigações vencidas no período de dois anos após a concessão da recuperação judicial é imprescindível para ser proferida a sentença de encerramento do processo.

Na sentença de encerramento do processo, desde que apresentado anteriormente o relatório pelo administrador judicial, deverá ser determinado o pagamento de eventual saldo remanescente de honorários. A falta de pagamento desses honorários, após o encerramento do processo de recuperação judicial, não mais permitirá a convolação em falência. Haverá título executivo judicial, entretanto, a permitir que o administrador judicial execute seu crédito ou peça a falência do devedor. Deverá ainda ser determinada na sentença de encerramento a apuração do saldo das custas judiciais a serem recolhidas, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Para que o empresário possa desenvolver sua atividade normalmente, outrossim, será oficiado o Registro Público de Empresas, cujos atos são efetivados pela Junta Comercial de cada Estado, para a retirada da expressão “em recuperação judicial” do nome empresarial do devedor. Exigiu-se, ainda, a comunicação à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia para as providências cabíveis, pois fora determinada, no art. 69, a anotação da recuperação judicial nos registros correspondentes desde a decisão do processamento da recuperação judicial.

Determina-se, ainda, a dissolução do Comitê de Credores e dispensa-se o administrador judicial da manutenção de seus encargos.”⁴

Assim, diante da apresentação do presente relatório circunstanciado e do Controle de Pagamento de Honorários da AJ acompanhado das notas fiscais e seus respectivos comprovantes, todos em anexo, esta Administradora Judicial dá por cumprida a obrigação contida no **art. 63, I, da Lei 11.101/2005**, de modo a ensejar a determinação das Recuperandas para o pagamento do saldo residual de honorários da AJ, no importe de **R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais)**, em parcela única, condicionado ao encerramento do feito recuperacional.



4

APURAÇÃO DO SALDO DAS CUSTAS JUDICIAIS A SEREM RECOLHIDAS



Consoante dispõe o art. 63 da Lei 11.101/2005, também faz parte das determinações da sentença de encerramento da recuperação judicial a apuração do saldo de custas judiciais a serem recolhidas, conforme disposto no inciso II do mencionado dispositivo.

Nesse sentido, verifica-se, dos autos recuperacionais, que as Recuperandas realizaram o recolhimento da taxa devida ao FUNJUS, nos valores de R\$ 70,34 (setenta reais e trinta e quatro centavos) e R\$ 1.894,34 (um mil oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e quatro centavos), conforme mov. 14 e 15, respectivamente, bem como certificado nos autos ao mov. 12.

Por sua vez, restou recolhido o valor de R\$ 2.232,96 (dois mil duzentos e trinta e dois reais e noventa e seis centavos), veiculado aos autos ao mov. 20, referente às custas da Serventia.

Deste modo, tendo em vista que todos os importes devidos referentes às custas do judiciário foram devidamente adimplidas, pelo que dos autos constam, não há saldo residual a ser satisfeito nesse momento processual.

Ademais, por cautela, para o devido cumprimento do disposto no art. 63, II, da Lei 11.101/2005, esta Administradora Judicial se manifesta no sentido de que seja determinada a verificação por parte da Serventia, apresentando conta de custas e certidão, se necessário, a fim de satisfazer o mencionado requisito.



5

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES E EXECUÇÃO DO PRJ



5.1 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO POR CLASSE

Consoante ao Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 97, segue, abaixo, a síntese da forma de pagamento proposta pelas Recuperandas por classe de credores:

Classe	Opções	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	-	-	Parcela única no prazo de 6 (seis) meses contados a partir do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	-
Classe II Créditos Com Garantia Real	Opção A	24 (vinte e quatro) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	96 (noventa e seis) parcelas mensais.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	70%
	Opção B	24 (vinte e quatro) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	120 (cento e vinte) parcelas mensais.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	50%
Classe III Créditos Quirografários	Opção A	24 (vinte e quatro) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	96 (noventa e seis) parcelas mensais.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	70%
	Opção B	24 (vinte e quatro) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	120 (cento e vinte) parcelas mensais.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	50%
Classe IV Créditos ME / EPP	-	-	Parcela única no prazo de 6 (seis) meses contados a partir do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	-

Fonte: Plano de Recuperação Judicial Grupo Talita (mov. 97.1).



Contudo, ao mov. 261.1, as Recuperandas apresentaram Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial, passando a constar, nos seguintes termos:

Classe	Opções	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	-	-	Parcela única no prazo de 6 (seis) meses contados a partir do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	-
Classe II Créditos Com Garantia Real	Opção A	12 (doze) meses após data de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	72 (setenta e dois) parcelas mensais, limitada a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), somado valor + juros, caso ultrapasse, aumentasse o prazo de pagamento de modo que o valor mensal não ultrapasse a mencionada quantia.	Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês.	40%
	Opção B	12 (doze) meses após data de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	48 (quarenta e oito) parcelas mensais, limitada a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), somado valor + juros, caso ultrapasse, aumentasse o prazo de pagamento de modo que o valor mensal não ultrapasse a mencionada quantia.	Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês.	60%
	Opção C	6 (seis) meses após data de aprovação do Plano de Recuperação Judicial.	12 (doze) parcelas mensais.	Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês.	80%
Classe III Créditos Quirografários	Opção A	12 (doze) meses após data de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	72 (setenta e dois) parcelas mensais, limitada a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), somado valor + juros, caso ultrapasse, aumentasse o prazo de pagamento de modo que o valor mensal não ultrapasse a mencionada quantia.	Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês.	40%
	Opção B	12 (doze) meses após data de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	48 (quarenta e oito) parcelas mensais, limitada a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), somado valor + juros, caso ultrapasse, aumentasse o prazo de pagamento de modo que o valor mensal não ultrapasse a mencionada quantia.	Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês.	60%
	Opção C	6 (seis) meses após data de aprovação do Plano de Recuperação Judicial.	12 (doze) parcelas mensais.	Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês.	80%
Classe IV Créditos ME / EPP	-	-	Parcela única no prazo de 6 (seis) meses contados a partir do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR.	-

Fonte: Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial Grupo Talita (mov. 261.1).



5.2 EXECUÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Não obstante as informações referente ao PRJ supra, importa rememorar que, em sendo convocada Assembleia Geral de Credores, conforme contido no edital do Diário de Justiça Eletrônico nº 3398 (pag. 786), publicado em 27/03/2023 (veiculado em 24/03/2023), e Adendo, publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº 3402 (pag. 168), em 31/03/2023 (veiculado em 30/03/2023), restou realizada a votação do pedido de desistência da presente Recuperação Judicial no ato de continuidade realizado em 10/10/2023, conforme Ata aportada aos autos recuperacionais de mov. 366 do juízo universal.

Deste modo, não há que se tratar de deliberação, votação, aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial, de modo que não se aventa a execução do PRJ, uma vez que, ao revés, resta pendente a análise do juízo universal acerca da aprovação da desistência do mencionado procedimento recuperacional, nos termos do art. 35, inciso I, alínea “d” c/c art. 52, §4º, ambos da Lei 11.101/2005.

Em assim sendo, verifica-se que o requisito disposto no art. 63, III, da Lei 11.101/2005 quanto a *“apresentação de relatório circunstanciado do administrador judicial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, versando sobre a execução do plano de recuperação pelo devedor;”* resta devidamente cumprido, porém, com o presente relatório de encerramento.



6

DISSOLUÇÃO DO COMITÊ DE CREDORES, EXONERAÇÃO DA ADMINISTRADORA JUDICIAL E COMUNICAÇÃO AOS ENTES PÚBLICOS



6.1 DISSOLUÇÃO DO COMITÊ DE CREDORES

O art. 26 da Lei 11.101/2005 dispõe sobre a constituição do Comitê de Credores, constituído por deliberação de qualquer das classes de credores, na Assembleia Geral de Credores, enquanto o art. 27 da mencionada legislação, versa sobre as atribuições, **veja-se**:

Art. 26. O Comitê de Credores será constituído por deliberação de qualquer das classes de credores na assembléia-geral e terá a seguinte composição:

I – 1 (um) representante indicado pela classe de credores trabalhistas, com 2 (dois) suplentes;

II – 1 (um) representante indicado pela classe de credores com direitos reais de garantia ou privilégios especiais, com 2 (dois) suplentes;

III – 1 (um) representante indicado pela classe de credores quirografários e com privilégios gerais, com 2 (dois) suplentes.

IV – 1 (um) representante indicado pela classe de credores representantes de microempresas e empresas de pequeno porte, com 2 (dois) suplentes.

§ 1º A falta de indicação de representante por quaisquer das classes não prejudicará a constituição do Comitê, que poderá funcionar com número inferior ao previsto no caput deste artigo.

§ 2º O juiz determinará, mediante requerimento subscrito por credores que representem a maioria dos créditos de uma classe, independentemente da realização de assembléia:

I – a nomeação do representante e dos suplentes da respectiva classe ainda não representada no Comitê; ou

II – a substituição do representante ou dos suplentes da respectiva classe.

§ 3º Caberá aos próprios membros do Comitê indicar, entre eles, quem irá presidi-lo.

Art. 27. O Comitê de Credores terá as seguintes atribuições, além de outras previstas nesta Lei:

I – na recuperação judicial e na falência:

a) fiscalizar as atividades e examinar as contas do administrador judicial;

b) zelar pelo bom andamento do processo e pelo cumprimento da lei;

c) comunicar ao juiz, caso detecte violação dos direitos ou prejuízo aos interesses dos credores;

d) apurar e emitir parecer sobre quaisquer reclamações dos interessados;

e) requerer ao juiz a convocação da assembléia-geral de credores;

f) manifestar-se nas hipóteses previstas nesta Lei;

II – na recuperação judicial:

a) fiscalizar a administração das atividades do devedor, apresentando, a cada 30 (trinta) dias, relatório de sua situação;

b) fiscalizar a execução do plano de recuperação judicial;

c) submeter à autorização do juiz, quando ocorrer o afastamento do devedor nas hipóteses previstas nesta Lei, a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e outras garantias, bem como atos de endividamento necessários à continuação da atividade empresarial durante o período que antecede a aprovação do plano de



recuperação judicial.

§ 1º As decisões do Comitê, tomadas por maioria, serão consignadas em livro de atas, rubricado pelo juízo, que ficará à disposição do administrador judicial, dos credores e do devedor.

§ 2º Caso não seja possível a obtenção de maioria em deliberação do Comitê, o impasse será resolvido pelo administrador judicial ou, na incompatibilidade deste, pelo juiz.

O principal objetivo do Comitê de Credores, tanto na falência quanto na recuperação judicial, é permitir uma atuação mais efetiva por parte dos credores, de modo que, em vez de diversas manifestações nos autos, o que poderia tumultuar o feito e ensejar maiores custos a esses, a legislação trouxe a possibilidade de cada uma das classes da AGC criarem esse órgão deliberativo especializado.⁵

Contudo, tal criação é facultativa, de modo que, em não sendo criado, o art. 28 da Lei 11.101/2005 determina que caberá ao Administrador Judicial o exercício de suas atribuições, salvo de houver incompatibilidade para a função por parte desse, quando, então, serão desempenhadas pelo próprio juiz. *In verbis*:

Art. 28. Não havendo Comitê de Credores, caberá ao administrador judicial ou, na incompatibilidade deste, ao juiz exercer suas atribuições.

In casu, verifica-se das Atas das Assembleias realizadas e aportadas aos autos recuperacionais, aos movs. 231.2, 283.4, 319.2, 366.2, que não houve a constituição do Comitê de Credores, de modo que todas as suas atribuições, compatíveis, foram desempenhadas pela Administradora Judicial, não havendo, portanto, que se tratar de sua dissolução.

6.2 EXONERAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL

No que se refere ao Administrador Judicial, o art. 21 da Lei 11.101/2005 dispõe que deverá ser profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada, devendo, nesse último caso, ser declarado o nome o responsável pela condução dos processos. *Ipsis litteris*:

Art. 21. O administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

Parágrafo único. Se o administrador judicial nomeado for pessoa jurídica, declarar-se-á, no termo de que trata o art. 33 desta Lei, o nome de profissional responsável pela condução do processo de falência ou de recuperação judicial, que não poderá ser substituído sem autorização do juiz.

Em sendo cumpridos todos os requisitos supra, devidamente comprovado ao mov. 51 dos autos recuperacionais, restou juntado competente Termo de Compromisso ao mov. 56.

Por sua vez, o art. 22 da mencionada legislação versa sobre as funções do Administrador Judicial na Recuperação Judicial, veja-se:

Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe:

⁵ SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2023, p. 151.

I – na recuperação judicial e na falência:

- a) enviar correspondência aos credores constantes na relação de que trata o inciso III do caput do art. 51, o inciso III do caput do art. 99 ou o inciso II do caput do art. 105 desta Lei, comunicando a data do pedido de recuperação judicial ou da decretação da falência, a natureza, o valor e a classificação dada ao crédito;
- b) fornecer, com presteza, todas as informações pedidas pelos credores interessados;
- c) dar extratos dos livros do devedor, que merecerão fé de ofício, a fim de servirem de fundamento nas habilitações e impugnações de créditos;
- d) exigir dos credores, do devedor ou seus administradores quaisquer informações;
- e) elaborar a relação de credores de que trata o § 2º do art. 7º desta Lei;
- f) consolidar o quadro-geral de credores nos termos do art. 18 desta Lei;
- g) requerer ao juiz convocação da assembléia-geral de credores nos casos previstos nesta Lei ou quando entender necessária sua ouvida para a tomada de decisões;
- h) contratar, mediante autorização judicial, profissionais ou empresas especializadas para, quando necessário, auxiliá-lo no exercício de suas funções;
- i) manifestar-se nos casos previstos nesta Lei;
- j) estimular, sempre que possível, a conciliação, a mediação e outros métodos alternativos de solução de conflitos relacionados à recuperação judicial e à falência, respeitados os direitos de terceiros, na forma do § 3º do art. 3º da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);
- k) manter endereço eletrônico na internet, com informações atualizadas sobre os processos de falência e de recuperação judicial, com a opção de consulta às peças principais do processo, salvo decisão judicial em sentido contrário;
- l) manter endereço eletrônico específico para o recebimento de pedidos de habilitação ou a apresentação de divergências, ambos em âmbito administrativo, com modelos que poderão ser utilizados pelos credores, salvo decisão judicial em sentido contrário;
- m) providenciar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as respostas aos ofícios e às solicitações enviadas por outros juízos e órgãos públicos, sem necessidade de prévia deliberação do juiz;

II – na recuperação judicial:

- a) fiscalizar as atividades do devedor e o cumprimento do plano de recuperação judicial;
- b) requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação;
- c) apresentar ao juiz, para juntada aos autos, relatório mensal das atividades do devedor, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor;
- d) apresentar o relatório sobre a execução do plano de recuperação, de que trata o inciso III do caput do art. 63 desta Lei;
- e) fiscalizar o decurso das tratativas e a regularidade das negociações entre devedor e credores;
- f) assegurar que devedor e credores não adotem expedientes dilatórios, inúteis ou, em geral, prejudiciais ao regular andamento das negociações;
- g) assegurar que as negociações realizadas entre devedor e credores sejam regidas pelos termos convencionados entre os interessados ou, na falta de acordo, pelas regras propostas pelo administrador judicial e homologadas pelo juiz, observado o princípio da boa-fé para solução

construtiva de consensos, que acarretem maior efetividade econômico-financeira e proveito social para os agentes econômicos envolvidos;
h) apresentar, para juntada aos autos, e publicar no endereço eletrônico específico relatório mensal das atividades do devedor e relatório sobre o plano de recuperação judicial, no prazo de até 15 (quinze) dias contado da apresentação do plano, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor, além de informar eventual ocorrência das condutas previstas no art. 64 desta Lei;

Não obstante o tramite processual, resta pendente decisão acerca da aprovação do pedido de desistência da Recuperação Judicial do Grupo Talita, havido pelos credores, em Assembleia Geral de Credores, vide Ata de mov. 366.2.

Assim, quando da sentença de encerramento da Recuperação Judicial, conforme já abordado supra, determina o inciso IV do art. 63 da Lei 11.101/2005 que haverá a exoneração do Administrador Judicial de todas as suas atribuições.

“Na sentença de encerramento do processo, [...] Determina-se, ainda, a dissolução do Comitê de Credores e dispensa-se o administrador judicial da manutenção de seus encargos”.⁶

Deste modo, em restando devidamente exercido o encargo durante todo o trâmite processual e, *in casu*, se tratando de encerramento do procedimento recuperacional, imprescindível a determinação quanto a dispensa dos encargos do AJ.

6.3 COMUNICAÇÃO AO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS E À SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

Por fim, o inciso V do art. 63 da Lei 11.101/2005 determina que conste na sentença de encerramento da Recuperação Judicial, a comunicação ao Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia para as providências cabíveis.

Tal providência se faz indispensável para que o empresário possa desenvolver sua atividade normalmente, oficiando o Registro Público de Empresas, cujos atos são efetivados pela Junta Comercial de cada Estado, para a retirada da expressão “em recuperação judicial” do nome empresarial do devedor.

Exigiu-se, também, a comunicação à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia para as providências cabíveis, pois fora determinada, no art. 69 da LFRJ, a anotação da recuperação judicial nos registros correspondentes desde a decisão do processamento da recuperação judicial.

Em assim sendo, pondera o cumprimento, também, do mencionado requisito descrito no inciso V do art. 63 da Lei 11.101/2005 na sentença de encerramento da recuperação judicial.

⁶ SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2023, p. 336.





ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E O QUADRO GERAL DE CREDITORES



7. ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E O QUADRO GERAL DE CREDORES

Quando proferida a sentença de encerramento da Recuperação Judicial, seja pela aprovação do pedido de desistência em AGC, seja por Termo de Adesão ou pelo transcurso do biênio legal, nos termos descritos na Lei 11.101/2005, o legislador ponderou que não haverá condicionamento a consolidação do quadro geral de credores.

A mencionada disposição se encontra presente no art. 10, §9º bem como no art. 63, parágrafo único, ambos da LFRJ, incluídos pela Lei 14.112/2020, positivando entendimento anterior à reforma da Lei 11.101/2005 no sentido de que a existência de impugnações de crédito não impede o encerramento da recuperação judicial, veja-se:

Art. 10. [...]

§ 9º A recuperação judicial poderá ser encerrada ainda que não tenha havido a consolidação definitiva do quadro-geral de credores, hipótese em que as ações incidentais de habilitação e de impugnação retardatárias serão redistribuídas ao juízo da recuperação judicial como ações autônomas e observarão o rito comum.

Art. 63. Cumpridas as obrigações vencidas no prazo previsto no caput do art. 61 desta Lei, o juiz decretará por sentença o encerramento da recuperação judicial e determinará:

[...]

Parágrafo único. O encerramento da recuperação judicial não dependerá da consolidação do quadro-geral de credores.

O primeiro dispositivo estabelece que a recuperação judicial poderá ser encerrada ainda que não tenha havido a consolidação definitiva do quadro geral de credores, hipótese em que as ações incidentais de habilitação e de impugnação retardatárias serão redistribuídas ao juízo da recuperação judicial como ações autônomas e observarão o rito comum. O segundo, validando o primeiro, dispõe encerramento da recuperação judicial não dependerá da consolidação do quadro geral de credores.

Sobre o tema, dispõe Marcelo Barbosa Sacramone:

“O inadimplemento de obrigações vencidas após o período de dois anos da publicação da decisão de concessão da recuperação judicial, ainda que o processo de recuperação judicial não tenha sido encerrado, não permite a convalidação da recuperação judicial em falência. As hipóteses de convalidação em falência são taxativas e exigem interpretação restritiva diante dos efeitos gerados. Apenas o inadimplemento das prestações vencidas durante o biênio legal poderá gerar a convalidação em falência (art. 73, IV, c.c art. 61, §1º).

Descumpridas obrigações vencidas apenas posteriormente ao período de dois anos, ainda que o processo de recuperação judicial não tenha sido encerrado, impossível assim a decretação de falência por falta de previsão legal. O processo de recuperação judicial deverá ser mesmo assim encerrado e os credores poderão, nos termos do art. 62, executar individualmente seu título executivo judicial ou mesmo requerer a falência do empresário devedor em procedimento autônomo.

O encerramento não é condicionado ao julgamento das habilitações ou impugnações judiciais, sejam tempestivas ou retardatárias. A formação do quadro-geral de credores é absolutamente indiferente ao encerramento do feito, o qual é condicionado apenas ao cumprimento das obrigações

que se vencerem a até, no máximo, dois anos da concessão da recuperação judicial.”⁷

E, ainda:

“Trata-se de oportuna posituação do entendimento jurisprudencial segundo o qual o julgamento da totalidade das impugnações de crédito e a homologação do quadro geral de credores não são requisitos para o encerramento da recuperação judicial.”⁸

Conforme se depreende da síntese processual, verifica-se que, *in casu*, ainda pende decisão a ser proferida em determinadas Impugnações de Crédito, as quais não permitiram, até o momento, a consolidação do quadro geral de credores, a ser homologado pelo juízo, nos termos do art. 18 da LFRJ.

Não obstante, o encerramento não é condicionado ao julgamento das habilitações ou impugnações judiciais, sejam tempestivas ou retardatárias, de modo que a formação do quadro geral de credores é indiferente ao encerramento do feito⁹.

7 SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2023, p. 335.
8 SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. Recuperação de Empresas e Falência. 4 ed. São Paulo: Almedina, 2023, p. 878
9 SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2023, p. 335.



8

CONCLUSÃO



8. CONCLUSÃO

Ante todas as considerações apresentadas no presente Relatório Circunstanciado do Administrador Judicial, verificou-se a regularidade do procedimento quanto ao pedido de desistência formulado pelas Recuperandas e submetido a votação dos credores, em sede de Assembleia Geral de Credores, realizada em continuidade em data de 10/10/2023, nos termos do art. 35, inciso I, alínea "d" c/c art. 52, §4º, ambos da Lei 11.101/2005.

Diante da adequação ao procedimento disposto na Lei 11.101/2005, bem como a o adimplemento das obrigações por parte das Recuperandas, verifica-se que se encontra pendente a deliberação do juízo quanto a prolação de sentença de encerramento, a ser proferida com as determinações contidas no art. 63 da LFRJ, as quais foram pontuadas individualmente no presente relatório.

Nesse sentido, apresenta-se, portanto, as determinações a serem consideradas:

a) Deliberar acerca da aprovação do pedido de desistência da Recuperação Judicial, pelos credores, em Assembleia Geral de Credores realizada no dia 10/10/2023, cf. Ata de mov. 366.2, nos termos do art. 35, I, "d", e art. 52, §4º, ambos da Lei 11.101/2005;

b) Intimar as Recuperandas para realizar o pagamento do saldo de honorários da Administradora Judicial, no importe de R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais), em parcela única, condicionante para o encerramento do feito recuperacional, nos termos do art. 63, I, da Lei 11.101/2005;

c) A apresentação, por parte da Secretaria, da conta de custas judiciais e respectiva certidão, a fim de esclarecer acerca da (in)existência de eventual saldo a ser adimplido, nos termos do art. 63, II, da Lei 11.101/2005;

d) Ponderar quanto a ausência de execução do PRJ, uma vez que votada a desistência do feito em AGC ao revés da deliberação do plano, nos termos do art. 63, III, da Lei 11.101/2005;

e) Exonerar a Administradora Judicial de seus encargos, quando do encerramento da Recuperação Judicial, nos termos do art. 63, IV, da Lei 11.101/2005;

f) Comunicação ao Registro Público de Empresas e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia para as providências cabíveis, nos termos do art. 63, V, da Lei 11.101/2005;

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas sobre o processo.





GLOSSÁRIO

AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Recuperandas – Grupo Talita
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial



CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Edifício Villagio Di Itália, Zona 03,
CEP 87.050-020
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850



www.marquesadmjudicial.com.br

